



DENUNCIAR, ELABORAR, (EN)LUTAR: LUTO E MEMÓRIA NA TAG #MARIELLEPRESENTE

DENOUNCE, FORMULATE AND FIGHT¹: MOURNING AND MEMORY IN THE #MARIELLEPRESENTE TAG

*“Eles combinaram de nos matar,
mas nós combinamos de não morrer”²*

Cícero Costa Villela³
Wedencley Alves⁴

Resumo: O trabalho tem como objetivo analisar a *hashtag* “Marielle Presente” a partir das relações entre discurso, luto e memória. Parte-se da questão de como as vítimas da violência estatal constroem suas memórias. Tomando por base as considerações de Mbembe (2017) e Butler (2014) sobre a distribuição social das vulnerabilidades sociais, debatemos o processo discursivo que se instaura entre o gesto de denúncia, a elaboração e a formulação do luto desses sujeitos e sua luta pela memória. Tomamos a *tag* como paradigma de análise e nos debruçamos sobre suas condições de produção, bem como na sua formulação. Por fim, pode-se afirmar que o processo de circulação e formulação desses dizeres são marcados pela relação de presença-ausência, que possibilita ao sujeito enunciador, ao evocar um nome, também falar de si mesmo.

Palavras-chave: análise de discurso; luto; memória.

Abstract: The work aims to analyse the hashtag “Marielle Presente” from the relations between speech, mourning, and memory. It starts with the question of how the victims of state violence build their memories. Based on the considerations of Mbembe (2017) and Butler (2014) on the social distribution of social vulnerabilities, we debate about the discursive process that takes place in the process of the report, the elaborating and formulating the mourning of these subjects and their struggle for memory. We take the tag as an analysis paradigm and look at its production conditions, as well as its formulation. Finally, it can be said that the process of circulation and formulation of these sayings are marked by the presence-absence relationship, which allows the enunciating subject, when evoking a name, also to speak about himself.

Keywords: discourse analysis; grief; memory.

¹ Não há tradução possível para o inglês do trocadilho feito no título em português. Trabalha-se no decorrer do trabalho com as questões entre o luto e a luta (substantivo e conjugação do verbo lutar na primeira pessoa do singular). Dessa forma, vamos optar pela forma “and figth” na tentativa de marcar o processo de luta no luto.

² Frase encontrada em diversos perfis de moradores e militantes de favelas no Twitter. Trata-se de uma frase adaptada do conto “A Gente Combinamos de não Morrer” de Conceição Evaristo presente no livro “Olhos D’água” (2016)

³ Doutorando em Linguística (IEL/UNICAMP), bolsista CAPES. Mestre em Comunicação e Identidades (PPGCom/UFJF). cicerovillela@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9584-7540>

⁴ Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da UFJF. Doutor em Linguística pela UNICAMP. Coordenador do grupo de pesquisa Sensus-Comunicação e Discursos.
wedencley@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3411-727X>

INTRODUÇÃO

Na noite de 14 de março de 2018, a vereadora do Rio de Janeiro Marielle Francisco da Silva e seu motorista Anderson Gomes foram assassinados a tiros em uma das ruas no centro da cidade. O caso ganhou repercussão internacional⁵, e Marielle Franco, como era mais conhecida, até hoje vem recebendo inúmeras homenagens mundo afora, e despertando contínua indignação pela não resolução judicial do caso.

Do ponto de vista histórico, o caso não chegou a interferir no contínuo morticínio de pessoas negras por agentes do estado ou, de forma indireta, com alguma relação com o estado e seus aparatos repressivos. O que se viu, ao contrário, foi uma acentuação de mortes, principalmente, entre jovens e até crianças – como os casos, que também mereceram alguma repercussão, do garoto João Pedro⁶ (no Complexo do Salgueiro, dia 18 de maio de 2020) e, anteriormente, da menina Ágatha Félix⁷ (no Complexo do Alemão em 20 de setembro de 2019).

Um das reações a esses eventos, que ganharam relevo midiático, e diferentemente de dezenas de anônimos que morrem quase todos os dias pelas mãos do Estado, ou pela própria violência urbana, foi o aparecimento da *tag* #Xpresente (Sendo X= Marielle, Ágatha, João Pedro, ou nomes das vítimas da violência do Estado). É esse fato de linguagem que gostaríamos de abordar nesse trabalho.

Tal repetição da *tag* nos chamou atenção, já que ela se articula em torno da enunciação do nome de sujeitos mortos violentamente, moradores de favelas em sua maioria, enquanto “presentes”. Esse jogo de presença (no enunciado) e ausência (pela morte) nos levou às questões relativas ao luto e à memória, não pensados como processos individuais, mas como elementos que se dão no discurso e, por isso, articulados ao simbólico, ao social e ao político.

Partimos, portanto, das seguintes perguntas: Qual a relação entre discurso, luto e memória quando se trata de pessoas que são colocados à margem do Estado? Ou melhor dizendo, como as vítimas da violência estatal constroem discursivamente suas memórias? Quais sentidos são mobilizados?

As questões propostas não são gratuitas; elas se articulam com as reflexões de Butler (2014) e Mbembe (2017), entre outros autores, sobre a distribuição desigual das vulnerabilidades sociais, a questão racial e a gestão do luto em nossas sociedades. Esses elementos se articulam com o que Modesto (2018) afirma sobre a denúncia como “uma forma de *textualização do conflito*” (p.116). Ou seja, o processo discursivo de atribuir presença àquele(a) cuja ausência foi produzida pelas mãos do Estado possibilita o trabalho do antagonismo e da contradição. O gesto de denúncia (MODESTO, 2018) materializa os conflitos entre o imaginário do Estado sobre tais sujeitos (negros, pobres, moradores de favelas) e os “sobreviventes” que, ao denunciarem a violência, colocam em circulação a memória das vítimas, marcando, dessa forma, um lugar de oposição, de antagonismo.

O processo discursivo do “#Xpresente” nos permite olhar pelo avesso o gesto de dominação do Estado, especialmente em sua face repressora, materializado na denúncia das vítimas. O mesmo processo põe diretamente em jogo diferentes posições-sujeito, que

⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/morte-de-vereadora-no-rio-repercute-na-imprensa-internacional.ghtml> Acesso em: 30 de junho de 2021.

⁶ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-05-19/jovem-de-14-anos-e-morto-durante-acao-policial-no-rio-e-familia-fica-horas-sem-saber-seu-paradeiro.html> Acesso em 30 de junho de 2021

⁷ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/21/politica/1569099826_106579.html Acesso em 30 de junho de 2021

mobilizam a memória das vítimas na luta para que tais vítimas não sejam esquecidas e que, portanto, possam ser reconhecidas como vidas passíveis de luto.

Nossa proposta é, portanto, buscar compreender a relação entre memória e luto. “Memória”, aqui pensada discursivamente, como a rede de significantes que sustenta a própria possibilidade do dizer (ORLANDI, 2012) e “luto” como aquele que se mostra como uma perda, ou conforme Allouch (1995) como um desaparecimento.

Dessa forma, compreender o funcionamento da *tag* “Xpresente” pode nos dar pistas de um processo de elaboração pública do luto, de um luto que não diz respeito a apenas um sujeito e sua perda, mas a um processo social que visa estabelecer laços de identificação e estatuto de sujeitos a esses mortos.

Aqui uma equivocidade significativa própria à língua portuguesa deve ser observada, visto que permite o deslizamento metonímico entre “luto” (o afeto produzido pela perda), “luto” (primeira pessoa do singular do verbo lutar) e luta. Essa particularidade não pode ser esquecida no processo analítico, visto que, por conta de um efeito do significante na história e pelo menos no que tange aos movimentos sociais, traz à tona uma questão linguístico-discursiva ante a associação feita comumente entre “luto” e “melancolia”, em seu aspecto de prostração. De certa forma é esse trabalho sobre o simbólico que está em jogo, e que de alguma forma pensamos em dar conta nas seções seguintes desse artigo.

Dados esses pontos, escolhemos analisar a *tag* “#Mariellepresente” por considerá-la representativa desse processo de elaboração. Ela será usada como paradigma de análise para as outras formulações.

1. O LÓCUS DE OBSERVAÇÃO: A MATERIALIDADE DAS HASHTAGS

Antes de partir propriamente para os gestos analíticos, será necessário entender como funciona uma *Hashtag*, o nosso lócus de observação de processos discursivos. No Twitter, uma *tag* funciona como um indexador de assuntos. Ela visa organizar uma rede de assuntos que estão sendo comentados e indexados pelos próprios usuários.

Segundo Paveau (2021), trata-se de “tecnopalavra”, um segmento de linguagem, de natureza compósita, precedido pelo sinal #. “O segmento é tanto linguageiro (trata-se de siglas, palavras, expressões ou mesmo frases inteiras) quanto igualmente clicável, uma vez que é um link que permite a criação de fio” (PAVEAU, 2021. p.226)

Paveau propõe a noção de “tecnopalavras clicáveis”, uma forma cuja função é “essencialmente social, permitindo a afiliação difusa dos usuários, a technoconversacionalidade e a investigabilidade do discurso”. (2017, s/p, tradução nossa)⁸

Ou seja, a *hashtag* funciona pela sua circulação, e pela repetição, criando redes não apenas de assuntos, mas também de sentidos. Há, portanto, aqui um trabalho de arquivo, de memória que é afetado pela paráfrase e pela polissemia. Ela compõe, como diz Pêcheux (2010, p. 51), “um campo de documentos disponíveis e pertinentes sobre uma questão”.

Esse efeito de repetição, o trabalho da memória metálica (ORLANDI, 1996) na *tag* é fundamental para o que estamos analisando, pois, se pensamos o discurso como “efeito de sentido entre locutores” (ORLANDI, 2014), estamos falando de seu funcionamento como uma deriva dos sentidos, em que a repetição se abre para o novo, ao

⁸ No original: « C’est une forme langagière dont la fonction est essentiellement sociale, permettant l’affiliation diffuse (*ambient affiliation*) des usagers, la [technoconversationalité](#) et l’investigabilité (*searchability*) du discours ».

mesmo tempo em que se encontra na ordem do repetível. Uma *tag* funciona no batimento entre estrutura e acontecimento. (PÊCHEUX, 1990).

O batimento da *tag* entre paráfrase e polissemia, repetição e diferença, possibilita o efeito de arquivo, ou seja, os fios de palavras repetitivas se abrem para diferentes dizeres que possibilitam o deslize de sentidos. Pode-se dizer, portanto, que tais formulações, ao circularem, estão na ordem da memória metálica (ORLANDI, 1996), mas que não se reduzem à ordem da quantidade, já que, afetadas pela memória discursiva se abrem para a historicidade, deslocando sentidos e produzindo diferentes identificações.

Dados esses pontos, podemos dizer que para analisar esse tipo de funcionamento de linguagem, deve-se levar em conta a historicidade, isto é, a maneira como História e enunciado estão articulados, dentro do campo do repetível e suas derivas.

[...] pelo processo de produção dos sentidos, necessariamente sujeito a deslizes, há sempre um “outro” possível que institui o mesmo [...]. Dito de outra maneira, o mesmo também é produto da historicidade, já é parte do efeito metafórico. A historicidade aí está justamente representada pelos deslizamentos (nas relações de paráfrase) que instalam o dizer no jogo das diferentes formações discursivas, presença de uma ausência necessária, relação incontornável com a alteridade. (ORLANDI, 2014. p. 24)

Pode-se dizer, portanto, que precisamos olhar para esse funcionamento da linguagem não apenas como uma repetição mecânica, da ordem da memória metálica (ORLANDI, 2006), mas como uma abertura do simbólico, como um jogo passível de falha e de deslizes. Além disso, é preciso escutar nas margens desse dizer. Somente assim será possível perceber o processo de produção de sentidos/sujeitos nesses processos. Passemos então aos nossos gestos de análise.

2. PRIMEIRO GESTO – MARIELLE PRESENTE! - DENUNCIAR

O discurso não se dá de forma isolada de suas condições históricas, fora de uma certa conjuntura dada. Por isso, vamos dar um passo atrás para entender as condições de produção desse enunciado. A epígrafe, bem como as descrições no início de nosso trabalho são sintomas das condições de produção do #MariellePresente.

O primeiro ponto a ser levado em conta é a origem de Marielle Franco, mulher negra, lésbica, vereadora, socióloga e “cria”⁹ da favela da Maré. Este último aspecto pode ser articulado à forma com que Costa (2014) aborda discursivamente a questão das favelas, para a autora, é preciso considerar as áreas de favelas como espaços simbólicos que, “criminalizado, ao longo de sua história, afeta a constituição de seus sujeitos (moradores) na construção da imagem estereotipada do favelado” (p.29).

Tal produção histórica é efeito de uma articulação na discursividade urbana que produz não apenas o lugar do pobre na cidade (VALLADARES, 2005), mas também do negro (CAMPOS, 2004). A favela é a materialidade de uma articulação ideológica entre raça e classe, que possibilita os discursos sobre ela como o outro da cidade, ou o inimigo do Estado. Por isso, para abordarmos o nosso objeto, é preciso que seja feita uma discussão sobre a questão das favelas, já que Marielle foi, no campo político-eleitoral, o elemento catalizador dessa questão.

As relações que se estabelecem entre Estado e Favela são normalmente descritas como uma guerra (VILLELA, 2015). Uma guerra que visa “pacificar”, “retomar” o

⁹ Ser “cria” de uma favela significa ter nascido e crescido em uma determinada comunidade.

território das favelas, baseadas em uma suposta ausência de Estado no seio das comunidades. Esse paradigma da “ausência de Estado” deve ser questionado¹⁰.

De fato, o que há nas favelas é uma longa história de presença de um estado embrutecido, em outras palavras, uma superabundância do Estado, do Estado em sua forma soberana bruta, isto é, com seu poder de morte (MBEMBE, 2017). A sua face repressiva é a mais visível para as populações das comunidades que convivem com incursões policiais cotidianamente.

Na história do país, é longo o recurso à estratégia do medo como justificativa para a instauração de regimes especiais de punitividade (BATISTA, 2003); mas a partir dos anos 70, durante a Ditadura Civil-Militar, passa a valer um indisfarçável direito penal do inimigo, principalmente, sob a argumentação de combate ao tráfico de drogas (ZAFFARONI, 2011; RIBEIRO JR, 2018; BORGES & OLIVEIRA, 2018).

Acentua-se essa política no cenário neoliberalizante que se alastra pelo mundo com a instauração daquilo que alguns autores vão denominar “estado centauro”, opressivo para as camadas populares, liberal para as classes médias (WACQUANT, 2012, WACQUANT, 2004). Em outras palavras, o Brasil combina tradição e contemporaneidade nos modos de repressão de estado contra o que, para os poderes vigentes, e para utilizar uma expressão de Butler, seriam “corpos abjetos” (PRINS & MEIJER, 2002)¹¹, ou, aproximando os conceitos de necropolítica (MBEMBE, 2017) e tanatopolítica (AGAMBEN, 2004), as vidas “que não merecem ser vividas”.

Essa política de guerra institui esse “eles” (“Eles combinaram de nos matar”) contra “nós” (“Nós combinamos de não morrer”); Mbembe (2017) descreve esse funcionamento como uma “política da inimizade” em que uma força soberana cria seus inimigos para sustentar seu poder.

Ao analisar o processo de colonização como um todo, Mbembe vai definir o que ele chama de “Corpo Noturno da Democracia”. Esse corpo noturno é a contraface das democracias burguesas. Em sua narrativa oficial as democracias seriam conjuntos pacificados, que baniram a brutalidade e a violência de suas estruturas. Contudo, o que sustenta essa suposta universalidade da igualdade é uma violência que se exerce com o apagamento dos desiguais (poderíamos dizer minorias raciais, de gênero, de classe e favelados).

Esse apagamento – e aqui falamos de apagamento tanto simbólico quanto da morte – é parte desse funcionamento que apaga a história das desigualdades que estão no cerne da democracia em sua contraface colonial.

Nela coexistem duas ordens – uma *comunidade de semelhantes*, regida no mínimo teoricamente, pela lei da igualdade, e uma categoria de *não-semelhantes*, ou ainda de *sem-lugar*, também ela instituída por lei. A priori, os sem-lugar não têm qualquer direito a ter direitos. São regidos pela lei da desigualdade. Esta desigualdade e a lei que institui e na qual se baseia fundam-se no preconceito de raça. Tanto o próprio preconceito como a lei que o fundamenta permitem manter uma distância quase inultrapassável entre a comunidade dos semelhantes e os seus outros (MBEMBE, 2017. p. 34)

A descrição do autor camaronês dá conta do elemento racial que se coloca entre um “nós” e um “eles” no cerne das democracias. No caso brasileiro, a questão racial e a

¹⁰ Vera Malagutti Batista (2003) fala de “inclusão exclusiva”, ou seja, os moradores de favelas estariam excluídos dos direitos básicos como saúde e educação, mas estariam incluídos como objetos de repressão nas ações punitivas do Estado.

¹¹ Importante destacar essa observação de Butler sobre o conceito por ela proposto: “o abjeto para mim não se restringe de modo algum a sexo e heteronormatividade. Relaciona-se a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas ‘vidas’ e cuja materialidade é entendida como ‘não importante’”. (PRINS & MEIJER, 2002).

questão de classe se articulam historicamente, em especial no Rio de Janeiro. A modernização brasileira, a partir da abolição e da Proclamação da República, promove uma inclusão excludente (MALAGUTI BATISTA, 2003), que se materializa nas favelas.

A abolição pura e simples não foi um fator de integração dos negros na sociedade brasileira. Apenas formalmente os recém-alforriados foram incluídos na sociedade. Em realidade nenhuma possibilidade lhes foi dada de inserção na sociedade capitalista. Haja vista, o imaginário sobre o “vagabundo”, “vadio” e “desocupado” materializado no código penal de 1890¹². Além disso, os ideais da Proclamação abarcavam teses racistas, fazendo com que, mesmo após a escravidão, os negros fossem lidos socialmente como “inferiores” (CAMPOS, 2004).

A inferiorização do negro, o déficit de inserção desses na sociedade de classes, como acesso a bens de consumo, qualificação profissional e acesso a moradia, cria todo o substrato para a ocupação dos territórios que ficaram conhecidos como favelas. O avanço modernizador, em especial na reforma Pereira Passos, expulsa a população negra e pobre do centro do Rio, num processo de “higienização” da cidade (MALAGUTI BATISTA, 2003), expulsando-os para as regiões dos morros e encostas.

As favelas, portanto, não são apenas o lugar da moradia do pobre urbano, mas do negro pobre marginalizado pelo próprio Estado. A separação entre o “nós” e “eles” no espaço urbano brasileiro se materializa nesse espaço urbano e se desdobra na chamada guerra contra as “classes perigosas” (MALAGUTI BATISTA, 2003), normalmente negros, pobres, moradores de favelas, que são os alvos não apenas de uma exclusão simbólica, mas também econômica e, muitas vezes, excluídos da própria vida.

Cria-se, dessa forma, a figura do inimigo do Estado. Esse inimigo que precisa ser morto, que se instaura nos lugares “perigosos” da cidade, que faz parte da *Urbe* sem fazer parte. E esses “criminosos” passam, para os governantes e parte da população, a ser todos os habitantes das favelas, em sua maioria negros.

Retomando Butler, podemos dizer que

A perda de algumas vidas ocasiona luto; de outras, não; a distribuição desigual do luto decide quais tipos de sujeitos são e devem ser enlutados, e quais tipos não devem; opera para produzir e manter certas concepções excludentes de quem é normativamente humano [...] (BUTLER, 2014. p. 13)

Ou seja, não só temos um processo contínuo de eliminação de indesejáveis, como também, em geral, essas perdas são pouco ressentidas pela sociedade em geral¹³.

Dessa forma, ao se dizer “#MariellePresente” coloca-se em circulação uma forma de denúncia das ações do Estado nas favelas. A denúncia aqui é entendida a partir de Modesto (2018), para o autor ela é uma forma de “textualização do conflito” (p. 116), isto é, o conflito (no) social, o antagonismo entre o “nós” e o “eles” que estamos comentando.

¹² CAPITULO XIII

DOS VADIOS E CAPOEIRAS

Art. 399. Deixar de exercer profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes:

Pena - de prisão cellullar por quinze a trinta dias.

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>

Acesso em 30 de junho de 2021

¹³ Aqui podemos remeter ainda a Denise F. da Silva, quando pergunta “Por que a morte de jovens negros pelas mãos de agentes do Estado não causa uma crise ética global?”; o que leva a autora a interrogar os próprios fundamentos ontoepistemológicos do pensamento ocidental, que não é imune ao empreendimento colonizador (SILVA, 2007, p. 20).

Pensar na *tag* como um gesto de denúncia (MODESTO, 2018), significa compreender os modos de constituição dos sujeitos no acontecimento da denúncia para além do jurídico, pensando, sobretudo, a sua inscrição contraditória no social.

Ao se enunciar #MariellePresente coloca-se em funcionamento o antagonismo entre Estado e Favela. Se denuncia as mortes dos moradores das favelas, a repressão às minorias, em especial os negros. Essa denúncia que produz diferentes posições-sujeito, que desliza e se marca pela diferença, pelo equívoco. Ou como bem define Modesto (2018): “Se em nossa formação social capitalista os sujeitos que estão em relação são os sujeitos-de-direito, temos a produção de um sujeito que assume a própria voz e tem a denúncia como um direito-dever, inscrevendo a denúncia em formulações do cotidiano” (p.117).

Marielle se faz presente na *Tag*, como um grito¹⁴ de protesto, uma palavra de ordem, como aquela que ao ascender no mundo político falou, e fala, em nome da favela (já que era uma moradora do Complexo de Favelas da Maré).

Contudo, temos que levar em conta que a formulação “Xpresente” não é nova, ela já era utilizada por movimentos sociais e pelas esquerdas para rememorar seus mortos, para saudar suas histórias, para lembrar seus feitos. A diferença fundamental aqui está na nomeação¹⁵.

Em termos de discurso, quando falamos de determinação, ou nesse caso, de nomeação, apontamos para um processo de saturação do nome, um acréscimo de elementos que visa tamponar a relação entre a pessoa designada e as palavras.

De acordo com Indursky (1992), a saturação acontece não apenas na formulação de um enunciado, mas na sua dispersão. Essa dispersão e a absorção de determinados sentidos na memória, ela vai chamar de “sobredeterminação discursiva” sendo um processo “que consiste em um conjunto de saturações diversas de que o nome participa em diferentes níveis discursivos, considerados em seu todo”. (1992. p. 278)

O que nos chama atenção em “Marielle Presente” é a ausência de seu sobrenome. Ou seja, a queda do seu sobrenome “Franco” aponta para a entrada da *Tag* em um nome comum, um nome passível de ser encontrado em qualquer uma das favelas. Porém, ao dizermos “Marielle Presente”, sabemos de quem se trata, isto é, da “ex-vereadora, mulher, negra, lésbica, cria da favela da Maré, de esquerda, Marielle Franco”.

Com isso, Marielle é, ao mesmo tempo, a vítima de um assassinato brutal e, as tantas Marielles que existem nas favelas, expostas à violência do Estado em suas comunidades. Nesse ponto, a escrita do luto aponta não para um luto privado como afirma Arriès (1977), mas para um luto que se dá num entremeio, entre o sentimento privado da ausência de Marielle Franco e o reconhecimento público de que ela era uma de “nós”.

O estatuto desse “nós”, vai depender do processo de reconhecimento que se instala no sujeito que enuncia. Ou seja, Marielle pode falar, em sua presença-ausência, pelas mulheres, pelas questões de gênero, pelos negros, pela favela, pela esquerda¹⁶. Dessa

¹⁴ Apesar de trazermos a questão do grito, que foi trabalhada na tese de Modesto (2018), não acreditamos que seja possível aproximarmos a sua formulação dessa materialidade significativa da *tag* em análise. A materialidade da *tag*, não é a mesma da voz que grita. Usamos a questão do grito de protesto mais como uma analogia para descrever possíveis leituras do que como um conceito.

¹⁵ Um exemplo foi o evento de rememoração dos mortos do que ficou conhecido como o Massacre de Carajás (PA), de 1996, quando 19 trabalhadores do movimento sem-terras foram mortos pela Polícia Militar. “Um dos diretores do MST anunciou o nome de cada uma das vítimas e a cada nome anunciado as pessoas no local gritavam ‘presente’”. (FOLHA DE S. PAULO, 21 DE ABRIL DE 1996)

¹⁶ Afirmar que Marielle pode “falar por” aponta para o processo de constituição de um lugar de enunciação, o lugar de um porta-voz. A descrição dada por Fontana (2017) é importante para o entendimento do lugar que a *tag* ocupa no enlace entre o “eu” e o “nós” e a forma de denúncia e elaboração do luto que estamos analisando nesse trabalho. Segundo a autora: “Os lugares de enunciação, por presença ou ausência,

forma, “Marielle Presente” produz uma abertura simbólica (ORLANDI, 2014) produzindo um não-dito que interpela esses sujeitos, produzindo identificação de uma maneira aberta, fazendo assim do luto pela sua morte uma voz contra as opressões.

Passemos agora a outro funcionamento da *tag*, este que se desdobra em outros processos que apontam para essas primeiras considerações de forma paradoxal.

3. SEGUNDO GESTO: MARIELLE(...)PRESENTE! - ELABORAR

Ao estabelecermos o estatuto do nome na formulação, percebemos que o funcionamento do silêncio permite que processos de identificação múltiplos se desenhem na enunciação desses sujeitos. Marielle sai de sua especificidade de pessoa individual e passa a ser representativa das pautas das minorias, a partir de uma elaboração, simbólica, pelo dizer e pelo não dizer.

Cumpra destacar aqui que esse processo de elaboração pela formulação se dá não tanto como cura, ou superação, mas como trabalho sobre o simbólico, no gesto de interpretação da ausência. Recorremos a Barthes no seu diário do Luto (1977), quando irritado ante uma interpelação sobre uma possível cura (após a perda da mãe), ele responde:

O luto (depressão) é mais do que uma doença. De que alguém iria querer que eu me curasse? Para descobrir qual estado, qual vida? Se houver trabalho, quem vai nascer não é um ser plano, mas um ser moral, um sujeito de valor - e não de integração (BARTHES, 2009, p. 13, tradução nossa).¹⁷

Esse ser outro, nascido do luto, é aquele que deve ser tomado por novos desejos, e não os desejos anteriores, em nome do morto. Barthes insiste nesse outro do desejo, quando diz que:

Os desejos que eu tinha antes de sua morte (durante sua doença) não podem mais agora ser realizados, porque isso significaria que é a sua morte que me permite realizá-los - que a sua a morte pode, em certo sentido, ser libertadora de meus desejos. Mas a morte dela me mudou, eu não quero mais o que eu queria. Devemos esperar - assumindo que isso aconteça - que um novo desejo é formado, um desejo após sua morte (BARTHES, 2009, p. 23, tradução nossa)¹⁸

Talvez isso explique o fato de que o significante Marielle encarne não somente as lutas que ela travou, mas também novas lutas a serem travadas, mesmo por quem, visto

configuram um modo de dizer (sua circulação, sua legitimidade, sua organização enunciativa) e são diretamente afetados pelos processos históricos de silenciamento. Esses modos de dizer mobilizam formas discursivas de um *eu* ou um *nós*, de cuja representação imaginária a enunciação retira sua força performativa. É a partir desses lugares de enunciação, considerados como uma dimensão das posições-sujeito e, portanto, do processo de constituição do sujeito do discurso, que se instauram as demandas políticas por reconhecimento e as práticas discursivas de resistência” (p.66)

¹⁷ No original : «... le deuil (la dépression) est bien autre chose qu'une maladie. De quoi voudrait-on que je guérisse ? Pour trouver quel état, quelle vie ? S'il y a travail, celui qui sera accouché n'est pas un être plat, mais un être moral, un sujet de la valeur — et non de l'intégration ».

Les désirs que j'ai eus avant sa mort (pendant sa maladie) ne peuvent plus maintenant s'accomplir, car cela signifierait que c'est sa mort qui me permet de les accomplir — que sa mort pourrait être en un sens libératrice à l'égard de mes désirs. Mais sa mort m'a changé, je ne désire plus ce que je désirais. Il faut attendre — à supposer que cela se produise — qu'un désir nouveau se forme, un désir d'après sa mort

¹⁸ No original : « Les désirs que j'ai eus avant sa mort (pendant sa maladie) ne peuvent plus maintenant s'accomplir, car cela signifierait que c'est sa mort qui me permet de les accomplir — que sa mort pourrait être en un sens libératrice à l'égard de mes désirs. Mais sa mort m'a changé, je ne désire plus ce que je désirais. Il faut attendre — à supposer que cela se produise — qu'un désir nouveau se forme, un désir d'après sa mort ».

que era uma personagem local, não a conhecia. A morte se dá como acontecimento: morte-acontecimento discursivo, talvez mais que histórico; abrindo o sentido de lutas já em curso, e outras por vir, mas que esbarravam na saturação de sentidos das lutas políticas populares, por uma sucessão de derrotas vividas pela democracia brasileira em poucos anos.

Dissemos, no início desse texto, que a língua portuguesa, enquanto materialidade atravessada pela história, permite o deslizamento metonímico entre luto e luta, a partir da primeira pessoa do verbo: luto -> eu luto -> luta. Os movimentos sociais reafirmam essa equivocidade, inscrevem-se como sujeitos da língua, para retirar dela os modos de destinação não-melancólica da dor da derrota.

É tradição psicanalítica a reflexão sobre luto, em geral associado à melancolia, desde o texto seminal de Freud escrito em 1915 e publicado em 1917. Nele Freud afirma:

A associação de luto com melancolia mostra-se justificada pelo quadro geral desses dois estados. Neles também coincidem as causas oriundas das interferências da vida, ao menos onde é possível enxergá-las. Via de regra, luto é a reação à perda de uma pessoa amada ou de uma abstração que ocupa seu lugar, como pátria, liberdade, um ideal etc. Sob as mesmas influências observamos, em algumas pessoas, melancolia em vez de luto, e por isso suspeitamos que nelas exista uma predisposição patológica [...] A melancolia se caracteriza, em termos psíquicos, por um abatimento doloroso, uma cessação do interesse pelo mundo exterior, perda da capacidade de amar, inibição de toda atividade e diminuição da autoestima, que se expressa em recriminações e ofensas à própria pessoa e pode chegar a uma delirante expectativa de punição. (FREUD, 2010, p. 129)

Curiosamente, nosso caso a ser estudado nos leva a um outro acontecimento histórico. Como afirmado, Marielle Franco era uma personalidade local, bastante conhecida nas comunidades por onde atuava, nos meios políticos, em movimentos sociais muito locais. Não é difícil imaginar que muitas pessoas, inclusive estrangeiros, passaram a perceber a importância da ativista após o seu assassinato. O que está em jogo aqui são as condições de produção discursiva após essa morte acontecimento.

Afora as pessoas diretamente do seu meio, que sofreram o luto de sua perda, a perda vivenciada pelo país, e por inúmeras comunidades internacionais, é um luto de outro tipo, mais voltado para o que ela representaria do que para a pessoa. Cumpre entender os processos discursivos que levaram a esse “enlutamento” coletivo, e de profunda sensibilidade, que estabeleceu uma impressionante rede de solidariedade e afetos entre inúmeras pessoas sob o binômio “luto-luta”.

Para isso nos debruçamos sobre essa hashtag, que exemplifica esse fenômeno em rede. Nesse momento, o trabalho do silêncio aqui é fundamental para entender a escrita desse luto e a forma como ele faz memória.

Segundo Orlandi (2007, p. 48): “pensar o silêncio é pensar a solidão do sujeito em face dos sentidos, ou melhor, é pensar a história solitária do sujeito face aos sentidos. (...). O Outro está presente, mas no discurso, de modo ambíguo (presente e ausente)”.

É nesse jogo de presença-ausência do outro (no caso, pensado o outro como Marielle) que circula esses sentidos. Contudo resta ainda vermos como se dá esse jogo do silêncio nas margens desses dizeres. Para isso vamos produzir paráfrases na tentativa de compreender a relação da escrita desse luto público face ao silêncio.

Iniciamos o presente tópico incluindo “(...)” entre “Marielle” e “presente”. Nosso intuito é apontar aqui o jogo de ausências que se faz nas bordas da formulação. Para melhor visualizarmos o processo de constituição desses sentidos, vamos preencher esse “vazio” para ampliar o entendimento do silêncio desse luto que se escreve nas redes sociais. Vamos às paráfrases, a partir de sequências discursivas possíveis (SD).

SD1 – Marielle (está, estaria, estará) Presente!

SD2 – Marielle (,) Presente!

SD3 – Marielle (, eu estou) Presente!

As SD1 e SD2 se apresentam sintaticamente como o que Teixeira de Castilho (2010, p. 315) chama de “Mini-sentença”; que podem ser definidas como uma relação de coordenação entre sintagmas na ausência de um verbo, normalmente pressuposto ou elidido, e formada por “sintagmas simples ou coordenados”.

Se formos por esse caminho, notaremos que a formulação “Marielle, Presente” seria descrita pela gramática normativa como uma sentença errada, já que não há nenhum elemento no texto que permita um encaixe entre os sintagmas. Contudo, esses elementos funcionam em ausência, tornando o enunciado compreensível. Mas não é isso que nos interessa aqui; há uma indicação na definição de “minisentença” que nos interessa, isto é, o efeito de encaixe, ou como diz Pêcheux (1981), o efeito de “des-ligamento”.

O des-ligamento se dá justamente nos casos de coordenação em que a frágil ligação entre os elementos só é possível porque eles aí se ligam por complexos processos de memória discursiva, onde funciona abundantemente a relação com outros discursos e não só dos elementos (empiricamente e/ou sintaticamente) próximos e presentes. (ORLANDI, 2014. p. 119)

Na SD1 o encaixe (ou o des-ligamento) é produzido por um verbo de existência (estar) construindo assim uma sentença normativa no formato SVP – sujeito-verbo-predicado. Os diferentes tempos verbais que apresentamos sustenta que há aqui elementos que vão indicar a temporalidade da presença/ausência de Marielle. Ou seja, ao se utilizar de “#MariellePresente” o sujeito enunciador coloca em movimento o sentido de presente, passado e futuro ao mesmo tempo.

Ela está presente no que digo, ela estaria presente no que digo ou ela estará presente nos efeitos que os eventos de sua morte não cessam de produzir. Há, portanto, na escrita desse luto uma suspensão temporal, fazendo que com Marielle se coloque em um tempo outro, um tempo da memória, uma virtualidade, mas que produz seus efeitos no mundo.

Os efeitos do encaixe em SD2 e SD3 são de outra ordem e podem nos dar pistas maiores sobre como se inscreve esse luto. O primeiro ponto a ser observado é a entrada da vírgula (SD2), ela torna Marielle não o sujeito da frase, mas um vocativo. Esse vocativo é aquele que evoca – e aqui destacamos os diferentes sentidos de “evocar”, em especial em sua memória religiosa – Marielle, ela é chamada a se fazer presente.

Há aqui uma possível articulação com Allouch (1995). Quando o psicanalista faz sua crítica a Freud em relação a noção de “prova de realidade” em “Luto e Melancolia”. Allouch estabelece o estatuto do morto como o de um desaparecido. Deixemos que o autor fale sobre isso:

Do ponto de vista da realidade, o morto, longe de ter esse estatuto de um inexistente cuja inexistência mesma seria adquirida até permitir basear-se nela para lá fundar decisivamente seu luto, o morto é, como aliás é nomeado, um desaparecido. É o que a realidade, se ousamos dizer, pode propor de melhor a seu respeito; de melhor e... de pior. Ora um desaparecido, por definição, é algo que pode reaparecer, reaparecer em qualquer lugar, a qualquer hora, na próxima esquina. Somos assim levados a conceber que não haveria prova de realidade para o enlutado. [...] A verdadeira prova da realidade, o que a torna assim tão assustadora e rica de experiência é quando percebemos que ela não permite nenhuma prova. O luto põe o enlutado em face ao muro desse estatuto da realidade. (ALLOUCH, 1995, p. 75)

Podemos dizer, com isso, que Marielle é uma desaparecida e que pode ser encontrada em qualquer esquina. E de fato é, seja na placa feita em sua homenagem que

diz “Rua Marielle Franco”, seja nas esquinas das redes sociais em que sua presença é evocada, seja nos efeitos que produz e “nas sementes que plantou”.

Essas considerações nos levam a SD3. Nela se encontra o elemento paradoxal da relação entre o eu que enuncia e o outro referido no discurso. Sustenta-se a estrutura da evocação, contudo complementada por um “Eu estou”. Há duas descrições possíveis para esse “Eu estou”: ele pode ser fórico – retomando na frase Marielle – ou dêitico – apontando para o sujeito da enunciação.

No primeiro, Marielle se faz presente, dizendo: “Eu sou Marielle, eu estou presente aqui”; ela interpela os vivos, como se eles deveriam cumprir uma promessa (assim como Hamlet pai para Hamlet filho). Na segunda é o sujeito que interpela o morto: “Marielle, eu estou presente aqui por você”. Ambos apontam para o mesmo lugar, Marielle ganha uma presença espectral. Ela se torna o espectro que ora é chamada pelos vivos e hora os chama a fazer aquilo que ela não fez.

Essa presença de espectro, que já podia ser vista na suspensão temporal dos tempos verbais, é um dos elementos que aponta para a relação entre luto e memória. Ela nos diz sobre o processo de integração de Marielle a uma memória – essa integração a uma memória é o elemento que estamos aproximando de uma elaboração do luto. Ao se rememorar o morto, em seu nome, com seu nome, coloca-o em presença, nos efeitos que ele produz no simbólico e no político e, ao mesmo tempo, aponta-se para a sua ausência física entre os vivos.

Produz-se dessa forma um sujeito que rememora, que se reconhece na posição de enlutado, mas que se depara com um muro – o muro da vírgula – que des-liga os elementos ao mesmo tempo que os articula. Esse sujeito incorpora Marielle a si e produz seus sentidos no silêncio de um luto público. Esse processo nos aponta para a incompletude do sujeito, incompletude essa que abre a possibilidade de luta, resistência e articulação de sentidos conforme vimos nessa breve análise.

O silêncio, na constituição do sujeito, rompe com a absolutização narcísica do eu que, esta, seria a asfixia do sujeito, já que o apagamento é necessário para sua constituição: o silenciamento é parte da experiência da identidade, pois é parte constitutiva do processo de identificação, é o que lhe dá espaço diferencial condição de movimento [...] (ORLANDI, 2007, p.49)

O sujeito do discurso de “#MariellePresente” é esse que habita o silêncio das múltiplas formulações que se inscrevem nas bordas desse dizer. Não há um funcionamento exclusivo – ora um, ora outro -, eles funcionam ao mesmo tempo, colocam em questão o sujeito, seu luto e as possibilidades de identificação, sempre moventes, que Marielle permite nesse jogo da língua, da história e do sujeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – (EN)LUTAR

Durante nossa análise tentamos compreender o processo discursivo que se instaura na produção da memória da *tag* “#MariellePresente”. Esse processo, que por ora descrevemos, mas passamos longe de esgotar suas possibilidades analíticas, pode ser considerado como uma elaboração do luto no entremeio do público e do privado. Ele articula uma fala particular de um sujeito, afetado pela historicidade, a um processo público de reconhecimento, de identificação de sujeitos, ou seja, a produção e os deslocamentos dos processos identitários.

Apesar de nos utilizarmos de Marielle como paradigma analítico, a análise possui funcionamento semelhante para outras *tags* que passaram a circular após a mortes violentas, como Ágatha, João Pedro e Miguel. Todos eles representantes dessa vida não

passível de luto, mas que se instalam na memória para denunciar as ações do Estado nas favelas.

Com efeito, podemos dizer que, no processo de circulação e formulação desses dizeres, os sujeitos falam de si e de seus mortos ao mesmo tempo, denunciam abusos e elaboram seus lutos. E entram em luta para estabelecer esses nomes como memoráveis.

Esses elementos dão conta de que o luto é um processo de laço social, de produção de um senso de comunidade, conforme nos diz Butler (2014, p. 43): “Acredito, no entanto, que o luto fornece um forte senso de comunidade política de ordem complexa [...] Se meu destino não é, nem no começo, nem no fim, separável do seu, então o “nós” é atravessado por uma relacionalidade”.

Esse “nós” que se coloca, que mostra o processo de elaboração de luto, e da luta, daqueles que possuem uma vida não passível de luto. Trata-se de reivindicar a memória desses sujeitos, de incorporá-los à história e a rememorar sua vida no presente. Como afirma Walter Benjamin na Tese VI sobre o conceito de História,

Articular o passado historicamente não significa conhecê-lo “tal como propriamente foi”. Significa apoderar-se de uma lembrança tal como ela lampeja num momento de perigo [...] O perigo ameaça tanto o conteúdo dado da tradição quanto os seus destinatários. Para ambos o perigo é único e o mesmo: deixar-se transformar em instrumento da classe dominante. [...] O dom de atear ao passado a centelha da esperança pertence somente àquele historiador que está perpassado pela convicção de que também os mortos não estarão seguros diante do inimigo, se ele for vitorioso. E esse inimigo não tem cessado de vencer (BENJAMIN, *apud* LOWY, 2005. p. 65)

Portanto, é preciso que esse processo de elaboração do luto, concomitante ao processo da memória, resista à absorção da memória nas estruturas dominantes. Para que uma outra memória desses mortos seja possível é preciso lutar e, nessa luta, é preciso que os mortos falem, incessantemente, de outro lugar e independentemente, para que nunca morram.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. *Estado de Exceção: Homo Sacer II.1*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ALLOUCH, J. *Erótica do Luto: No tempo da morte seca*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1995.
- ARIÈS, P. *História da Morte no Ocidente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977
- BATISTA, V. M. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- BARTHES, R. *Journal de deuil*. Paris: Le Seuil/Imec, 2009.
- BORGES, C. M. R.; OLIVEIRA, V. V. H. *Direito Penal do Inimigo e a guerra contra o tráfico de drogas no Brasil*. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/direito/article/view/34565>. Acesso em 23 jan 2018.
- BUTLER, J. *Vida Precária: Os Poderes do Luto e da Violência*. São Paulo: Autêntica, 2014.
- CAMPOS, A. *Do Quilombo à Favela: A Produção do “Espaço Criminalizado” no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2004.
- COSTA, G. C. da. *Sentidos de Milícia: Entre a Lei e o Crime*. Campinas: Editora UNICAMP, 2014.
- FOLHA DE S. PAULO. 3000 participam do enterro no Pará. Vicentinho ajuda na cerimônia. 1996.
- FONTANA, M.G.Z. “Lugar de fala”: enunciação, subjetivação, resistência. *Revista Conexão Letras*. Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Vol. 12, Nº 18. Porto Alegre, 2017.
- FREUD, S. *Luto e Malencolia* (1917). In: *Obras Completas* Vol. 12. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2010.
- INDURSKY, F. *A fala dos quartéis e as outras vozes: uma análise do discurso presidencial da Terceira República Brasileira (1964-1984)*. Orientadora: Eni Orlandi. 1992. 2v. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas,

1992. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270684>. Acesso em 20 jan. 2021.
- LOWY, M. *Walter Benjamin: aviso de Incêndio*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MBEMBE, A. *Políticas da Inimizade*. Lisboa: Antígona, 2017.
- MODESTO, R. “*Você matou meu filho*” e outros gritos: Um estudo das Formas de Denúncia. Tese de Doutorado apresentada no Programa de Pós-graduação em Linguística da UNICAMP. Campinas, SP, 2018.
- ORLANDI, E. *Discurso e Texto: Formulação e Circulação dos Sentidos*. Campinas: Pontes, 2012.
- ORLANDI, E. *As Formas do Silêncio: No Movimento dos Sentidos*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.
- ORLANDI, E. *Interpretação: Autoria, Leitura e Efeitos do Trabalho Simbólico*. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.
- ORLANDI, E. Conversa com Eni Orlandi. In. BARRETO, R. *Teias*: Rio de Janeiro, ano 7, nº 13-14, jan/dez, 2006.
- PAVEAU, M. A. “*Hashtag*”, Technologies discursives. 2013. Disponível em: <http://technodiscours.hypotheses.org/488>. Acesso em 12 jan. 2021.
- PAVEAU, M. A. *Análise do Discurso Digital: Dicionário das Formas e das Práticas*. COSTA, J. L.; BARONAS, R. L. (Orgs). Campinas: Editora Pontes, 2021.
- PÊCHEUX, M. *O Discurso. Estrutura ou Acontecimento*. Campinas: Editora Pontes, 1997.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio*. Campinas: Editora Unicamp, 2009.
- PRINS, B.; MEIJER, I. C. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 155-167, Jan. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em 23 Mar. 2021.
- RIBEIRO Jr, A. C. *As drogas, os inimigos e a necropolítica*. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:MaX11LehvzIJ:https://periodicos.ucsul.br/index.php/cadernosdoceas/article/download/251/223+&cd=1&hl=ptBR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em 17 fev. 2021.
- SILVA, Denise F. da. *Toward a global idea of race*. Minneapolis, Londres: Univ. Minnesota Press, 2007.
- WACQUANT, L. A política punitiva da marginalidade: revisitando a fusão entre workfare e prisonfare. *Rev. Epos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, jun. 2012. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2012000100002&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 23 mar. 2021.
- WACQUANT, L. *Foucault, Bourdieu et L'État Pénal a l'ère néolibérale* (2013). Disponível em: www.loicwacquant.com. Acesso em 09 de maio de 2013.
- VALLADARES, L. do P. *A Invenção da Favela: Do de Origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.
- VILLELA, C. C. *Mídia, Territorialidades e Subjetivações: Uma Cartografia Discursiva sobre as Favelas*. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-graduação de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, MG. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/1279>. Acesso em 20 de fevereiro de 2021.
- ZAFFARONI, E. R. *O inimigo no direito penal*. Rio de Janeiro, Revan, 2011.

Recebido: 24/3/2021

Aceito: 25/9/2021

Publicado: 24/11/2021